

Fonte: Jornal de Uberaba

Data: publicado 19/09/2018

Link: <https://www.jornaldeuberaba.com.br/tcu-aponta-irregularidades-no-uso-do-dinheiro-da-merenda/>

# TCU aponta irregularidades no uso do dinheiro da merenda

19 de setembro de 2018



SE

E destacou que a maioria das escolas listadas pertencem as redes municipais

Além disso, desde o ano passado o TCE investiga casos de irregularidade na contratação de fornecedores de merenda escolar em pelo menos nove municípios.

O estudo do TCU apontou que o governo do Estado utilizou de forma inadequada os R\$ 203,3 mil que foram repassados pela União a Minas Gerais por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

“O Pnae é uma verba complementar aos Estados. O objetivo é que o dinheiro ajude o Estado a oferecer uma alimentação de qualidade aos estudantes. No entanto, a responsabilidade de arcar com os gastos é do governo estadual”, afirma a coordenadora-geral do Pnae, Karine Santos.

Entre os desacordos, o relatório do TCU destaca número de nutricionistas incompatível com a quantidade de alunos, refeições não previstas em cardápio, descumprimento pelo nutricionista responsável técnico de suas atribuições, não participação do nutricionista responsável técnico na licitação e na chamada pública, não utilização das fichas técnicas elaboradas pelas nutricionistas para a preparação do cardápio.

O Sindicato Único dos Professores (Sind-Ute) afirma que as denúncias são pontuais. “Não é uma situação generalizada. Os problemas acontecem em algumas escolas, apenas”, afirma o diretor estadual da entidade, Paulo Fonseca.

Segundo ele, que é professor da rede municipal de ensino, os professores, alunos e pais que encontrarem irregularidades devem procurar o sindicato para fazer as denúncias.

## O outro lado

Na última quarta, o Estado liberou R\$ 10,2 milhões para auxiliar na manutenção e no custeio das escolas. Por nota, a assessoria de imprensa da Secretaria de Estado de Educação (SEE) informou que “não tem medido esforços para regularizar os repasses financeiros, de forma a garantir a qualidade na prestação dos serviços. O órgão central da SEE e as Superintendências Regionais de Ensino monitoram a necessidade das escolas por meio do contato direto com diretores e tem atuado para auxiliar na gestão dos recursos e suprir as demandas que surgem emergencialmente”.

Sobre as informações divulgadas pelo TCE-MG, a SEE destacou que a maioria das escolas listadas pertence a redes municipais. “De toda forma, a secretaria, com o apoio do Corpo de Bombeiros, já está atuando para oferecer condições mínimas para prevenção a incêndio e pânico em todas as escolas estaduais”, diz o texto.

A SEE informou, ainda, que 93 escolas já possuem projeto aprovado de prevenção contra incêndio e pânico e outras 348 estão com projeto em andamento.

Com relação à infraestrutura nas escolas estaduais, a SEE afirma que “entre 2015 e 2018, 1.706 obras de reforma ou ampliação de unidades foram concluídas em 467 municípios, representando investimentos de R\$ 322,5 milhões. Também foram entregues 11 obras de construção de novos prédios escolares, com investimento de R\$ 43,3 milhões”.

Sobre o relatório de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), a SEE salienta “que as irregularidades apontadas no relatório não retratam a realidade da rede estadual de ensino como um todo, que é formada por 3.625 escolas, já que a auditoria foi baseada em um recorte amostral de apenas 14 escolas do Estado. No entanto, todas as questões foram verificadas pontualmente, para que estejam adequadas à legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Sobre o muro da Escola Estadual Cândido Portinari, a SEE informou que o processo de reforma encontra-se em fase licitatória para contratação de empresa para finalizar a obra.

### **Resposta dos municípios**

A respeito do relatório do TCE-MG, que também cita as escolas municipais, o presidente da Associação Mineira de Municípios (AMM), Julvan Lacerda, afirma que a falta de repasses do governo estadual impede que melhorias sejam realizadas. "Não estamos conseguindo pagar nem os professores, imagina fazer reformas", critica.